

CLIENTE: CBH-DOCE
VEÍCULO: Trata Brasil
DATA: 16/09/2015

[Leia reportagem completa](#)

Atraso e corte de recursos ameaçam recuperação das bacias hidrográficas de Minas

Estado de Minas

16/09/2015

Estação de tratamento de água em Nova Lima, onde é feita captação do Rio dos Velhas: bacia é uma das mais prejudicadas pela falta de verbas (foto: Juarez Rodrigues/EM/D.A Press)

No ano em que o estado de Minas Gerais enfrenta sua pior crise hídrica, com os mananciais que abastecem a Grande BH entrando em colapso e sob decreto de redução de captações, as ações que poderiam assegurar mais água para rios e córregos estão na mira dos cortes orçamentários. Desde janeiro, as agências que convertem verbas da cobrança pelo uso da água em projetos ambientais para os comitês das bacias hidrográficas dos rios Araguari, das Velhas, Manhuaçu, Piranga, Piracicaba, Piracicaba/Jaguari, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu não receberam sequer um quarto dos valores devidos pelo governo do estado. Os recursos são vitais para programas de recuperação de perímetros de recargas de reservatórios subterrâneos, nascentes, olhos d'água, matas ciliares e áreas de preservação permanente, que são o abastecimento natural dos grandes rios mineiros. Na mesma toada, o Ministério do Planejamento já divulgou que as pastas do Meio Ambiente (MMA) e da Integração Nacional (MI) sofrerão cortes da ordem de 25,8% e 50,2% em seu orçamento para o ano, respectivamente, o que amplia o temor de que ações para revitalização e despoluição de bacias federais castigadas pela seca e que vinham sendo negligenciadas, como a do Rio São Francisco e a do Rio Doce, continuem desassistidas.

Em 10 bacias mineiras foi instituída a cobrança pela utilização da água para abastecimento humano, animal, irrigação, mineração, indústria e outros fins, para que esses valores pudessem ser revertidos em fundos para projetos dos comitês. As verbas são repassadas pelo governo a cada trimestre, podendo atrasar no máximo dois meses. Contudo, a última parcela paga foi a de outubro do ano passado, e de forma incompleta, admite o governo. Só no caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas), o rombo atual é de R\$ 6.872.746,70, sendo que os recursos pela cobrança da água não são verbas do governo, que deveria meramente repassar o que arrecada, de acordo com a lei. A justificativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente é de que as verbas não foram contingenciadas – pois são incontingenciáveis –, apenas sofreram atraso.